

OAB News

*Casa do Empreendedor
chega aos 27 anos
com apoio da Subseção
e aberta a crédito para
advogados*

páginas 8 e 9



*Café da Manhã celebra o
Dia Internacional da Mulher*

página 10

*Comissão de Direito Previdenciário
acompanha investigações e orienta
contra golpe do falso advogado*

página 13

*Subseção participa de
ato nacional em apoio
à competência da Justiça
do Trabalho*

páginas 14 e 15

Gestão 2022 - 2024

PRESIDENTE

Nelson Sahyun Junior

VICE-PRESIDENTE

Sania Stefani

SECRETÁRIO-GERAL

José Carlos Mancini Junior

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA

Caroline Thon

DIRETOR TESOUREIRO

Diogo Brochard Menoncin

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Geovanei Leal Bandeira

CONSELHO FEDERAL

Artur Piancastelli

CONSELHO ESTADUAL

Eliton Araujo Carneiro

José Carlos Vieira

Leidiane Cintya Azeredo

Maria Lucilda Santos

Mario Sérgio Dias Xavier

Solange Rodrigues de Souza

Vânia Regina Silveira Queiroz

CAIXA DE ASSISTÊNCIA

Edmeire Aoki Sugeta - Diretora

Fabiano Nakamoto - Delegado

CONSELHO DA SUBSEÇÃO

Alessandro Moreira Cogo

Amanda Cristina G. Benvenuto

Ana Paula da Silva

Andressa C. I. Machado

Arthur Lustosa Strozzi

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Carlos Renato Cunha

Elizangela Abigail Socio Ribeiro

Fábio William Maciel

Fellipe Stabelini Anabuki

Francisco Luís Hipólito Galli

Graziella Yumi Ogaki Adão

Ivan Martins Tristão

Jair Vicente da Silva Junior

Jaqueline Alves Amendola Heinzl

Jaqueline Corazza Montero

Jéssica Leonilda Veiga

Juliana Ramos Fernandes Braga

Kaio Pitsilos

Marco Henrique Damiao Beffa

Marcos Massashi Horita

Milena Barros Breda Nobre

Monica A. I. Thomaz de Aquino

Natalia Regina Karolensky

Rafael Flavio de Moraes

Rafael Garcia Campos

Raphaella de Angola Viel Amorim

Regina Aparecida Simões Cabral

Renata C. de Oliveira Alencar Silva

Rodolfo Xavier Ciciliato

Silvana Camila Castilho Felix

Talita Cristina Fidelis Pereira Biagi

Tamires Luane Meli Queiróz

Valdeci Eleuterio

Expediente

CONSELHO EDITORIAL: Caroline Thon, José Carlos Mancini Junior e Sania Stefani | **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Máxima Comunicação | **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339-7199 | **FOTOGRAFIA:** Jonas Pereira | **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Forti Propaganda | OAB LONDRINA-PR: R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904 - Londrina/PR - (43) 3294-5900 | londrina@oabpr.org.br | **ENVIO:** 8.747 Advogados inscritos na OAB Londrina via e-mail. Distribuição dirigida e gratuita.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus subscritores.



Olá advogados e advogadas
Mês passado, apresentamos a vocês

nosso novo jornal, com uma diagramação mais moderna, em formato de revista, facilitando a leitura. A OAB-Londrina está sempre em busca de aproximar, ainda mais, os advogados e advogadas de nossa entidade, inclusive convidando todos a participarem da publicação, sendo por meio de artigos ou sugestões de assuntos que gostariam de ver aqui publicados. Esse espaço é da advocacia. Aproveitem! O mês de março foi marcado

pelas comemorações do Dia Internacional da

Mulher e foi com grande satisfação que recebemos centenas de profissionais para o nosso tradicional Café das Advogadas, sempre preparado com tanto carinho e dedicação pela comissão da Mulher Advogada. Foi uma manhã repleta de encontros, reencontros, muitos sorrisos, abraços, leveza. E muita informação importante para os dias atuais. Essa troca, a nosso ver, além de proporcionar bons momentos, também nos encoraja e nos fortalece.

Trazemos, nesta edição, uma importante matéria sobre a Casa do Empreendedor de Londrina, entidade que muito tem feito pelos pequenos e microempreendedores. E que está de portas abertas para também receber solicitações de crédito de advogados, especialmente, os que estão em início de carreira e precisam investir em seus escritórios. Pessoal, e se preparem para os JAPs, grande evento esportivo da nossa advocacia, que será em Londrina. Está chegando! Desejamos a todos uma boa leitura!

Medicamento Off Label: uma análise jurídica sobre o direito de receber tratamento adequado

A prática médica muitas vezes se depara com situações desafiadoras, nas quais os tratamentos convencionais não são suficientes para atender às necessidades específicas de determinados pacientes. Nesses casos, surge a discussão sobre a possibilidade de prescrição e utilização de medicamento “off label” – uma prática que levanta questões relevantes quanto ao direito de o paciente receber tratamento adequado.

O termo “off label” refere-se ao uso de um medicamento de maneira diferente daquela indicada em bula e aprovada pela agência reguladora de saúde. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é responsável por regular o uso de medicamentos. No entanto, a legislação brasileira não proíbe expressamente a prescrição off label, reconhecendo que há situações em que essa prática é justificável.

A decisão de prescrever um medicamento off label deve ser respaldada por evidências científicas sólidas, considerando a segurança e a eficácia do tratamento. O médico, como profissional de saúde, tem o dever ético e legal de buscar o melhor interesse do paciente, mesmo que isso envolva o uso de medicamentos off label.

No entanto, a prescrição médica não implica automaticamente no fornecimento do medicamento pelo sistema de saúde.

No contexto jurídico brasileiro, o direito de receber tratamento off label é pautado no princípio da integralidade da assistência à saúde, previsto na Constituição Federal. Esse princípio impõe ao Estado o dever de garantir tratamento adequado a todos os cidadãos. Portanto, se o médico considerar que um determinado medicamento off label é a opção mais adequada para o paciente,

este poderá buscar judicialmente o acesso a esse tratamento.

A fundamentação legal pode basear em dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que garantem o direito à saúde. E a jurisprudência brasileira tem reconhecido, em alguns casos, o direito do paciente de receber tratamento off label quando comprovada a necessidade e a ausência de alternativas terapêuticas eficazes.

É importante ressaltar que a judicialização do acesso a medicamentos off label não significa uma fragilidade do sistema de saúde, mas sim a busca pela concretização dos direitos fundamentais do cidadão. O Judiciário, ao analisar esses casos, busca equilibrar o direito à saúde do indivíduo com a necessidade de racionalização e planejamento do sistema público de saúde.

Por fim, é crucial que o paciente esteja ciente de seus direitos e busque orientação jurídica adequada ao considerar a via judicial para o acesso a medicamentos off label. A colaboração entre profissionais da saúde e advogados é fundamental para assegurar que a decisão seja embasada em critérios técnicos e éticos, promovendo, assim, uma abordagem integrada e responsável no cuidado à saúde da população.



Patrícia Siqueira é coordenadora da Escola Superior da Advocacia - Subseção Londrina

OAB em movimento

1 Tokenização de imóveis

O advogado e Procurador de carreira da Câmara Municipal de Londrina, Carlos Alexandre Rodrigues, proferiu palestra na OAB sobre “Tokenização de Imóveis”. O convite partiu da comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da casa. Palestra aconteceu no dia 29 de fevereiro. Rodrigues é também professor do curso de pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado à Era Digital, da Universidade Estadual de Londrina e coautor da obra Blockchain e Criptomoedas – Aspectos Jurídicos.



2 Dia do Consumidor

No dia 15 de março, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, a Comissão de Direito do Consumidor da OAB-Londrina participou de um evento promovido pelo PROCON-LD, no calçadão da cidade, para atendimento da população. Cerca de 10 advogadas e advogados membros da Comissão, junto com três três fiscais e a coordenação do Procon responderam a perguntas dos consumidores, sobre assuntos diversos, como questões bancárias, de telefonia, dúvidas sobre prazos de troca, além de cobranças e de internet.

3 Advocacia criminal

O advogado Fabrício Carraro, especializado em consultoria penal para advogados, proferiu palestra sobre Teoria dos Jogos Aplicada à Advocacia Criminal, na sede da OAB-Londrina, em 15 de março. Ele participou como convidado da reunião da comissão da Advocacia Criminal da Subseção.

4 Relações Internacionais

A advogada, especialista em Direito Internacional e Econômico, Marília Cabrera Borges foi a convidada da comissão de Relações Internacionais para falar aos advogados sobre Migração – Direitos e Garantias Fundamentais no Brasil. A palestra foi realizada no dia 18 de março.

5 Audiência trabalhista na prática

A dinâmica colaborativa entre as comissões da OAB-Londrina resultou em mais um evento de sucesso na Subseção. O presidente da comissão de Direito do Trabalho da casa, Paulo Perussi, participou da reunião do Núcleo Jovem, no dia 19 de março, para falar sobre Audiência Trabalhista na Prática.

6 Advocacia e Inteligência Artificial

As comissões de Inteligência Artificial e a de Direito Digital e Proteção de Dados da OAB-Londrina receberam a convidada Paula Rodrigues, no dia 21 de março, para proferir a palestra Advocacia em Tempos de Inteligência Artificial: Desafios e Oportunidades.

7 Almoço dos Advogados

O almoço dos advogados de março reuniu dezenas de profissionais no Restaurante

Frutal do Campo, no dia 22. E com comemoração aos aniversariantes do mês.



8 ESG

Maurício Chiesa Carvalho falou sobre ESG como instrumento de gestão trabalhista em palestra na sede histórica Lauro Fernando Zanetti, no dia 22 de março. O convite partiu da comissão de Direito do Trabalho. Carvalho é head/gerente de recursos humanos e responsabilidade social da Tamarana Tecnologia Ambiental.

9 Direito de Família

A convite da comissão de Direito das Família e Sucessões, a advogada Lígia Siggotti de Oliveira, e o desembargador do TJPR Eduardo Augusto Salomão Cambi proferiram palestra sobre A aplicação do protocolo de gênero nas ações de família, na sede da Subseção, em 28 de março. Ela é

mestre em Direito das Relações Sociais, doutora em Direitos Humanos e Democracia, e diretora acadêmica do IBDFAM-PR. Cambi, além de desembargador, é presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual.

OAB Rural na ExpoLondrina

No dia 11 de abril, a partir das 9 horas e dentro da programação da ExpoLondrina, a comissão de Direito Agrário e do Agronegócio da OAB-Londrina realiza o evento

“O Seguro Rural e a Regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)”, no Recinto Smart Agro. A abertura será feita pelo presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, e pela advogada, integrante da comissão, Juliana Torres Milani.

Serão realizadas duas mesas de discussão: com o representante do IAT - Instituto de Águas e Terras Charles Santos - Consultor de Sustentabilidade (CS Consultoria

Ambiental); com representantes de seguradora que trabalha com seguro rural; e representante do Sindicato das Corretoras de Seguro do Paraná Perito em seguro rural. As inscrições devem ser feitas pelo Sympla <https://www.sympla.com.br/evento/oab-rural/2370409> O ingresso, gratuito, dá acesso ao evento, mas não ao Parque de Exposições Ney Braga.

Casa do Empreendedor chega aos 27 anos com apoio da OAB-Londrina



Kantor,
Maria José,
Rubens Bento e
Carilo Vedoato

Fundada em novembro de 1997, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Instituição Comunitária de Crédito de Londrina, mais conhecida como Casa do Empreendedor conta, desde sua fundação, com o trabalho voluntário de uma representante da OAB-Londrina em seu Conselho de Administração. Junto com outras nove entidades da cidade, a Subseção contribui com o trabalho que já emprestou mais de R\$ 150 milhões em microcréditos, grande parte a pessoas que operam na informalidade e com pouco ou sem nenhum acesso a outras formas de crédito.

Desde o início, a advogada Maria José Stanzani é a representante da Subseção na Casa, para onde levou sua experiência no voluntariado, já que trabalhou e continua trabalhando em prol da OAB-Londrina. “Comecei na gestão de

João Tavares de Lima Filho”, conta ela, que, mesmo sem ocupar cargos diretivos em todas as diretorias, estava sempre disposta a auxiliar onde necessário.

Foi nesse espírito de trabalho voluntário e voltado para o desenvolvimento coletivo, que ela – que advogava para bancos – aceitou o convite para representar a OAB na Casa, por ocasião de sua fundação. Hoje, desempenha a função de presidente da diretoria executiva, participando ativamente das reuniões do Comitê de Crédito, ajudando a analisar e liberar as solicitações de empréstimos.

Crédito a advogados

Advogados, médicos e vários outros profissionais liberais também estão entre os clientes da Casa do Empreendedor de Londrina. Segundo Maria José, não apenas recém-formados procuram os financiamentos, mas também quem precisa reformar escritórios, clínicas ou adquirir novos equipamentos ao longo da carreira.

“Os empréstimos podem sair em até três dias”, informa o gerente financeiro da

Casa do Empreendedor, Rubens Bento. Ele esclarece que o limite de crédito é de R\$ 20 mil com recursos do BNDES. A Casa também empresta com recursos próprios no limite de até R\$ 30 mil, mas somente para reformas. Há também empréstimos que podem chegar a R\$ 80 mil, mas nesse caso é apenas via parceria firmada com a Garantinorte. O prazo para pagamento chega a 36 meses, com juros que variam de 2,48% a 3,98% a.m.

“É uma excelente opção para os advogados que precisam de recursos em qualquer momento de sua carreira. Convidamos todos a conhecerem a instituição,” incentiva Maria José.

Até fevereiro deste ano, em Londrina haviam sido liberados em torno de 35,8 mil créditos, sendo que cerca de 34,2 mil haviam sido quitados.

“Nosso índice de inadimplência fica até perto de 4,5%, bem abaixo de 6%, que é o recomendado pelo BNDES. Nós nunca tivemos sequer um problema com a Justiça, nem desvio de finalidade ou indicações pessoais”, conta, com orgulho, o presidente do Conselho de Administração, Oezir Marcello Kantor.

Outro ponto de orgulho do grupo que administra a Casa é o fato de o projeto ter começado com aporte de R\$ 1 milhão do poder municipal, terem sido necessários mais dois empréstimos do BNDES que somaram em torno de R\$ 2 milhões, no início do projeto, e hoje já ter conseguido emprestar quase R\$ 150 milhões, mantendo cerca de mil clientes ativos.

O gerente operacional da Casa, Carilo Vedoato lembra que 56,46% dos clientes da Casa são mulheres. Para ele e para os demais membros da diretoria, que dedicam seu tempo de forma voluntária, a maior satisfação é ver tantas pessoas conseguindo manter e, em alguns casos, expandir seus negócios por meio desse trabalho.



Maria José Stanzani

Café das Advogadas comemorou o Dia Internacional da Mulher



Tradicional e aguardado evento realizado pela OAB-Londrina em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Café das Advogadas reuniu cerca de 180 profissionais da área na sede da Subseção, no dia 8 de março. Organizado pela Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Londrina (CMA), o evento proporcionou um momento marcado não apenas pela confraternização, mas também pela troca de conhecimento e empoderamento feminino.

O Café das Advogadas, já consolidado como um ponto de encontro anual para as mulheres advogadas, foi um verdadeiro sucesso. As participantes foram recebidas em um ambiente acolhedor e informativo, onde puderam desfrutar de um delicioso café e absorver valiosas reflexões sobre o empreendedorismo digital, com a realização de talk show que contou com a expertise das palestrantes Jéssica Fahl, Paula Napo e Caroline Thon, que também é secretária-geral adjunta da Subseção. A mediação foi feita pela advogada, integrante da comissão da Mulher Advogada, Jamile Kassen. Cada uma delas trouxe sua perspectiva e experiência única para discutir temas como ética profissional nas redes sociais, empreendedorismo



digital e marketing digital.

Além do conteúdo das palestras, o Café das Advogadas também se destacou pelos brindes oferecidos, tornando a experiência ainda mais especial para todas as presentes.

Para Márcia Cristina Mileski Martins, Presidente da CMA Londrina, a edição deste ano foi especialmente marcante: "Desde 2017, eu participo da CMA Londrina e nunca vi o auditório tão lotado! Foram mais de 180 Advogadas participantes. Ano que vem aguardamos ainda mais mulheres."

O presidente da OAB-Londrina, Nelson Sahyun Junior esteve presente ao evento e destacou a importante participação das mulheres na advocacia e na entidade. A vice-presidente, Sania

Stefani, também esteve presente.

"O Café das Advogadas, mais uma vez, cumpriu seu papel de fortalecer os laços entre as profissionais do direito, promovendo a troca de experiências e o crescimento coletivo. Que iniciativas como essa continuem a florescer, proporcionando cada vez mais oportunidades para o empoderamento feminino", destacou Márcia Mileski.

O evento contou com o fundamental apoio da OAB-Londrina, CAAPR Londrina, SEBRAE-PR e Tomanaga Advogados; e patrocínio de Café Caramello Londrina, Anova, Quadra Construtora, Código Horse, Fast Escova, Joeline Delefrati, Nakakogue, Ótica Lux, Pharmadelle, Sicoob e Consórcio União.



Londrina esteve representada na IV Conferência Nacional da Mulher Advogada

Outro grande momento da advocacia em março foi a IV Conferência Nacional da Mulher Advogada, realizada dias 14 e 15, em Curitiba. Londrina esteve representada por uma grande delegação, composta pela vice-presidente da Subseção, Sania Stefani; secretária-geral adjunta, Caroline Thon; presidente da comissão da Mulher Advogada da Subseção, Márcia Cristina Mileski Martins; conselheiras estaduais Vânia Regina Silveira Queiroz, Maria Lucilda Santos e Solange Rodrigues de Souza; conselheira da Subseção e presidente da comissão de Direito das Famílias, Juliana Ramos Fernandes Braga; pelas conselheiras da Subseção Jaqueline Heinzl e Elizangela Abgail Sócio Ribeiro; pela diretora da CAAPR em Londrina, Edmeire Aoki Sugeta; e também, entre outras, por Karine Alberti Maltempi, Simone Brandão de Oliveira, Roberta Arbex Herden,

Valéria Moro Haully, Renata De Sousa Araujo, Larissa Hariane Borges, Ellis Shirahishi Tomanaga Eguedis, Heloísa Damasceno Tomanaga, Isméria Mendes da Silva Souza, Janaine Ventura Salviano, Pamela Gonçalves e Beatriz Moura.

A programação foi intensa, contando com cerca de 25 painéis e 10 oficinas sobre temas como prerrogativas da mulher advogada, advocacia com perspectiva de gênero, comunicação persuasiva, novos nichos de mercado, dentre outros. Além disso, foram realizadas conferências magnas, palestras especiais e reuniões, totalizando 47 eventos, com a participação de 241 palestrantes de todo o Brasil.

O tema central da conferência foi Evolução e Protagonismo, e seu objetivo maior foi levantar as principais bandeiras do universo feminino frente aos desafios da advocacia contemporânea.



Golpe do falso advogado

Comissão de Direito Previdenciário se mobiliza e pede providências



Em razão da crescente prática da tentativa de golpe do falso advogado, intensificada a partir de janeiro deste ano aos jurisdicionados em matéria de direito previdenciário, em processos que tramitam em Londrina, a comissão de Direito Previdenciário da Casa se reuniu com o delegado de Estelionato, Edgard Soriani.

A visita ocorreu após o presidente da comissão, Alex Sandro Brito Santos, discutir a questão com o presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior. “Sugerimos a ele uma visita institucional ao Delegado responsável pela delegacia de estelionato de Londrina, a fim de oferecer medidas de combate em cooperação às apurações e responsabilização dos criminosos. A sugestão foi plenamente aceita e autorizada pelo presidente”, relata Alex Brito.

A visita também teve como objetivo dar ampla publicidade e servir de alerta à população acerca da modalidade de golpe. “As soluções no âmbito investigativo da polícia estão encaminhadas, e como orientação preventiva aos advogados, a comissão tem reforçado a necessidade de manter o canal de comunicação ativo e

atualizado com os clientes, alertando-os individualmente, da recorrente prática de golpe”, orienta o advogado.

Segundo ele, a dinâmica do golpe se dá através de coleta de dados em processos previdenciários de tramitação pública. A partir dessas informações, são criados perfis falsos de aplicativo de conversa (WhatsApp) dos advogados, com fotos colhidas de redes sociais próprias. Com eles os clientes são contatados com informações enganosas e, no teor de conversa, fazem afirmações de suposta liberação de valores exorbitantes do processo, condicionada ao pagamento de despesas relativas a custas processuais e/ou pagamento a autoridade (procuradores do INSS, promotor e juiz). Há relatos de pessoas que caíram no golpe sendo, nesta ocasião, efetuado pagamento de R\$ 8.000,00”, relata Alex Brito.

A comissão orienta aos advogados que tiveram os dados envolvidos em tentativas de golpe, a realização do Boletim de Ocorrência, com posterior envio para OAB/PR - via SAC.ADV@OABPR.ORG.BR para municiar as investigações em nível estadual.

Subseção participa de ato nacional em apoio à competência da Justiça do Trabalho

Capitaneado pela OAB-Londrina, advogados trabalhistas da cidade e região engrossaram o ato em defesa da competência da Justiça do Trabalho, realizado em todo o país, em 28 de fevereiro. Em Londrina, a manifestação aconteceu na sede do Fórum Trabalhista.

O propósito central dessa mobilização foi salvaguardar a competência constitucional da Justiça do Trabalho, como enfatizado pelo presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Subseção, Paulo Perussi. "No ano passado, observamos um movimento vigoroso, com o apoio de várias entidades, em resposta à gravidade das decisões tomadas pelo STF que afetam diretamente a competência constitucional e histórica da Justiça do



Diogo Menoncin e Paulo Perussi

Trabalho", defendeu Perussi. Ele mencionou que um dos casos em questão está relacionado a decisões que impactam os trabalhadores autônomos.

O movimento nasceu em São Paulo, com a organização de um seminário, em setembro, pela Comissão de Direito do Trabalho da OAB/SP, com apoio e parceria da ABRAT (Associação Brasileira

da Advocacia Trabalhista), AASP (Associação dos Advogados de São Paulo), e APDT (Academia Paulista de Direito do Trabalho). O movimento cresceu e culminou na mobilização de 28 de fevereiro.

O tesoureiro da Subseção, Diogo Menoncin, e dezenas de advogados e demais operadores do Direito acompanharam o ato em Londrina. O advogado Jorge Williams Tauil classificou a manifestação como de extrema importância para os operadores de Direito, juízes, advogados, e para própria população que anseia pelos trabalhos disponibilizados pela Justiça do Trabalho.

"O judiciário trabalhista já está habituado e ciente de como se desenvolvem esses conflitos", analisa. Segundo ele, a partir do momento que se leva para a justiça comum a atribuição de



definir a competência para se julgar uma questão que envolve trabalho, vai acarretar maior atraso na tramitação dos processos em total prejuízo único e exclusivo dos trabalhadores.

"Quando se trata de trabalhadores de aplicativos, supostamente em condição autônoma, é da Justiça do Trabalho, primeiramente, a competência para definir se a relação é de trabalho ou não. Não estamos só discutindo a relação de emprego. A própria constituição define a competência da Justiça do Trabalho de forma muito mais ampla, na medida em que, independentemente da relação ser de emprego, mas existindo uma relação de trabalho, a competência é da Justiça do trabalho. Motoristas de aplicativo – Uber, 99, só para citar alguns exemplos – e outros tipos de plataformas, podem dar a impressão errônea de que se trata única e exclusivamente de prestação de serviço de forma autônoma, mas não é isso que a gente verifica. A gente verifica a típica relação de emprego com subordinação, pagamento de remuneração ou salários e efetivamente cumprimento de horário, estimativa de produtividade, entre outras características de uma relação de trabalho", sustenta Tauil.

Também presente ao ato, o advogado Luiz Alberto Pereira Ribeiro observou o caráter social da Justiça do Trabalho. "Trata-se de uma justiça imprescindível e não só do ponto de vista dos advogados, mas para toda a sociedade", disse.



Jorge Williams Tauil

Ele lembrou que, com a decisão do STF, dentro do contexto terceirização, começou-se a debater se a Justiça do Trabalho teria ou não competência para discutir relações chamadas terceirizadas, principalmente quando envolve Pessoa Jurídica com Pessoa Jurídica.

"Se tem a discussão entre duas pessoas jurídicas, o Supremo diz que não é mais competência da Justiça do Trabalho. Mesmo que eu esteja discutindo que haveria uma pejetização, ou seja, uma certa fraude. Até antes da decisão do Supremo, a discussão era: se houvesse fraudes, quem discutiria isso era a Justiça do Trabalho, identificando se havia ou não os requisitos da relação de emprego. Se houvesse esses requisitos, seria caracterizada a fraude e seria reconhecida a discussão trabalhista. O Supremo vem e fala: a partir do momento que há contrato de duas pessoas jurídicas, não necessariamente contratos formais, a competência deixa de ser da Justiça do Trabalho e passa a ser da Justiça comum", explica.

Na sua opinião, a decisão do Supremo coloca em risco não só a relação de trabalho, mas também a própria dignidade e humanidade da prestação de serviço. É nesse aspecto que esse momento tem que ser marcado, para que se reconheça a importância da justiça social", destacou.



Luiz Alberto Pereira Ribeiro

Perfis dos profissionais acima dos 50 no mercado de trabalho

A maturidade é considerada uma fase bastante complexa na vida das pessoas, uma vez que representa o resultado de tudo que elas vivenciaram e se permitiram experimentar ao longo de uma existência. Quem tem o privilégio de adentrar nessa faixa etária com sabedoria e semear um futuro com mais qualidade de vida e dignidade, conseguiu entender melhor o seu propósito. Vejamos cinco perfis de profissionais maduros que podem contribuir enormemente com as organizações e o desenvolvimento das pessoas de forma longa:

Consultores

Esses profissionais desenvolveram uma carreira devotada ao conhecimento como professores, especialistas, acadêmicos ou gestores, sendo que em determinado momento da carreira, decidiram abrir uma empresa de consultoria, desejosos de obter maior flexibilidade de horário, a fim de se dedicarem às necessidades da família e obterem espaço na agenda para se aventurarem em novas experiências pessoais e profissionais.

Empreendedores

São pessoas inquietas e ativas que necessitam continuar trabalhando e gerando renda ou desejam criar oportunidades de negócios e se desafiar continuamente.

Gostam de trocar ideias, desenvolver projetos e buscar parcerias, são curiosas e interessadas em aprender ferramentas tecnológicas e novos formatos de trabalho.

Os empreendedores podem ser classificados como: informais, cooperados, individuais, franqueados, sociais corporativos, públicos, geradores de conhecimento e aqueles que optam pelo negócio próprio.

Prestadores de serviços da Gig economy

Esses profissionais buscam se reinventar na forma de desenvolver as atividades laborais, uma vez que reconhecem as fragilidades e incertezas do mercado. Dessa forma, tendem a buscar alternativas de flexibilização por meio do trabalho sobre demanda e não mais pelo vínculo empregatício. Um bom exemplo disso é o trabalho autônomo ou freelancer. Muitas vezes esses trabalhadores acumulam renda proveniente da prestação de serviços para clientes e empresas diferentes.

Inconformados

Esses profissionais se ressentem da falta de espaço no mercado de trabalho para os que já ultrapassaram a faixa dos 50. Frequentemente lembram o passado, quando sentiam-se valorizados e tinham um trabalho satisfatório. Ainda se fixam no sonho do CLT e costumam ser mais fechados para os

novos formatos de trabalho; novos aprendizados e diferentes fontes de renda. Entretanto, possuem experiências importantes que lhes permite continuarem com as suas contribuições no mercado de trabalho de forma mais flexível.

Mentores

São profissionais que contam com uma jornada de vida e de carreira e dedicam-se a contribuir com o propósito do desenvolvimento humano. São comprometidos e sérios nas atividades que exercem dentro ou fora das organizações. Envolvem-se em projetos sociais e mentorias com empreendedores e jovens, alguns até se aventuram-se como investidores anjo em startups, sendo várias

e diversas as oportunidades de oferecerem uma relação de ajuda eficaz.

Importante considerarmos o valor proporcionado pelo back ground desses diferentes tipos de perfis profissionais, que podem estender o tempo de trabalho, desenvolvendo relevância e fazendo entregas de qualidade por onde passam.

Artigo adaptado do estudo sobre longevidade e pessoas - Fundação Dom Cabral.



Maria Cristina Consalter é psicóloga e desenvolve pessoas e grupos através de programas de treinamento e mentoria.

Preparação dos Jogos da Advocacia está a todo vapor

A preparação dos Jogos da Advocacia do Paraná (JAPs) em Londrina envolve uma grande logística e empenho para que tudo ocorra de forma impecável. A cidade irá sediar esse grande evento esportivo nos dias 30 e 31 de maio e 1 de junho. Preparem-se! As inscrições serão abertas em breve.

Até o momento, sete modalidades estão confirmadas e algumas já com os locais das disputas definidos: Corrida Legal, dia 30, pela manhã, ao redor do Lago Igapó e Aterro; Beach Tennis Misto, nas quadras do Recanto Dá Licença; Futebol Suíço Masculino, na Associação dos Funcionários do

lpar; Vôlei Feminino e Futsal Feminino, na UEL; Xadrez, na sede da OAB-Londrina; e campeonato de Truco, com inscrições no local.

No primeiro dia dos jogos, 30 de maio, também já está agendado um jantar de confraternização, que será no Pavilhão Internacional do Parque de Exposições Ney Braga, sede da Sociedade Rural do Paraná.

Esta será a primeira vez que Londrina sediará os JAPs. A organização é da OAB-PR e CAAPR, com amplo apoio da equipe de Londrina. São esperados cerca de 1.200 advogados e advogadas de todo o Estado.

Reforma do Centro de Convivência do Advogado

A reforma do Centro de Convivência do Advogado segue seu cronograma, conforme anunciado pela diretora da CAAPR, Edmeire Aoki Sugeta, no último Colégio de Presidentes de Comissões da Subseção. Em breve, a advocacia poderá desfrutar de várias melhorias, como novos vestiários, quadras de Beach Tennis e parquinho para as crianças.



Diretoria de Prerrogativas intervém a favor de reajuste de salários de procuradores

Após atuação da Diretoria de Prerrogativas da OAB Londrina, a prefeitura de Centenário do Sul sancionou lei editada pelo legislativo local para readequar os salários dos Procuradores Municipais do município (Lei Municipal nº 3213/2024).

O diretor de Prerrogativas da OAB-Londrina, Geovanei Leal Bandeira, destaca a importância da reunião realizada com o prefeito de Centenário, Junior Tavian, e os vereadores da cidade em 1º de fevereiro.

Durante o encontro, foi discutida a defasagem salarial dos procuradores, que

atingia mais de 50% em comparação com os salários praticados em municípios vizinhos. Bandeira relata que havia um projeto de lei em andamento na Câmara, visando a revisão dos salários, e a conversa foi fundamental para impulsionar sua tramitação e aprovação.

Ele lembra que, logo no início da atual gestão da OAB-Londrina, problema semelhante foi constatado em Bela Vista do Paraíso, onde a Subseção também interveio obtendo resultado positivo semelhante.



Prerrogativas profissionais Art. 7º, XVI, da Lei 8.906/94

As prerrogativas conferidas à advocacia são indeclináveis e contribuem com a liberdade e independência para a defesa de terceiros. Como forma de garantir a correta atuação do advogado, necessário o conhecimento dos fatos tanto pelo contato com o cliente quanto por meio das informações constantes nos processos.

Para isso, o Estatuto da Advocacia e a OAB (Lei 8.906/94) estabeleceu uma série de prerrogativas ao advogado, dentre elas a de consultar processos administrativos e judiciais que estejam em andamento ou até mesmo findos, nos mais variados órgãos e instituições, para que possa exercer livremente sua profissão (cf. art. 7º, XIII, XIV e XV e XVI). Em razão da sua importância no cotidiano da advocacia, o direito de visualizar os autos pode ser considerado fundamental e obrigatoriamente deve ser respeitado em um Estado Democrático de Direito.

Diante disso, complementando as disposições anteriores, o art. 7º, XVI, da Lei 8.906/94 prevê a prerrogativa ao profissional da advocacia de “retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias”, autorizando, assim, o acesso ainda que se trate de processo já finalizado.

Como prevê a lei, o advogado poderá visualizar, efetuar anotações e até mesmo realizar carga sem a apresentação de procuração pelo prazo de dez dias. Trata-se de aspecto básico e inerente à atividade profissional, porque não há como se cogitar o trabalho da advocacia sem acesso aos respectivos autos. Cabe destacar que atualmente os processos estão digitalizados, autorizando-se, portanto, que o advogado tenha acesso ao que lhe interessar por meio da plataforma eletrônica. Naturalmente que as garantias expostas nos dispositivos mencionados se aplicam independentemente de se

tratar de processos físicos ou eletrônicos e judiciais ou administrativos.

Portanto, com base nas orientações legais, deve prevalecer o amplo acesso pela advocacia aos documentos constantes em processos, por se tratar de uma garantia que beneficia não apenas o advogado, mas em especial o cidadão por ele representado.



Rafael Junior Soares, advogado

PREPARE-SE PARA
O MOMENTO MAIS
PRECIOSO DO ANO.

BAILE DO
RUBI SAVE THE DATE
2024 23 de agosto

Para a realização do tradicional Baile do Rubi, a OAB conta com a participação da iniciativa privada, que apoia e viabiliza o investimento através de cotas de patrocínio.

A cada ano, os organizadores abrem espaço para que marcas apoiadoras possam explorar de maneira inovadora e criativa a relação com o público da festa.

Ações interativas, espaços cenográficos instagramáveis, distribuição de brindes, exibição de marcas na comunicação do evento e durante a festa, são só algumas das formas de participação no Baile do Rubi.

Fale com a nossa equipe organizadora e coloque a sua empresa em destaque nesse evento!

